



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638667 - MG (2021/0001495-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : RAPHAEL DONATO OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO : RAPHAEL DONATO OLIVEIRA DA SILVA - MG176613
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : J F B
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J. F. B. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (10000205500614000).

Consta dos autos que o paciente está foragido e encontra-se com a prisão preventiva decretada desde 29/9/2020 pela suposta prática do delito previsto no art. 217-A do CP.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal uma vez que o paciente não cometeu o delito.

Afirma, ainda, que a segregação processual, diante de condições pessoais favoráveis do paciente e com ausência de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes do art. 312 do CPP.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente seja colocado em liberdade provisória, mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, determinando o imediato recolhimento do mandado de prisão expedido ou a expedição do alvará de soltura caso o paciente esteja preso.

Subsidiariamente, requer a decretação de prisão domiciliar.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente